

MEMÓRIAS DO SALAZARISMO EM O VALE DA PAIXÃO, DE LÍDIA JORGE

Mariana Jantsch Souza^{*}

Alfeu Sparemberger^{**}

Universidade Católica de Pelotas

Resumo: Este artigo apresenta uma leitura do romance *O Vale da Paixão*, de Lídia Jorge, a partir da perspectiva das memórias pós-ditadura. Por este viés, examina-se a relação entre a família que protagoniza a trama, os Dias, e o salazarismo, regime de exceção vivido em Portugal. Para tanto, são destacados elementos que traem as simetrias entre os sistemas analisados (familiar e estatal-ditatorial) e mostram como o salazarismo é constituinte da narrativa. Assim, verifica-se em que medida a família portuguesa retratada no romance serve como meio simbólico de representação da situação social de Portugal durante a ditadura, vez que no grupo familiar podem ser percebidos todos os aspectos do regime, tal como: a obediência das massas, a subversão das minorias, a dominação, a restrição das liberdades fundamentais. As memórias da ditadura são reveladas como elemento integrante das memórias da família: há duas memórias mobilizadas de forma intrincada e rememoradas indistintamente. Pretende-se demonstrar, com isso, que a família Dias obedece a uma estrutura específica e tradicional que apresenta íntima relação com estrutura política do Estado português no período em que se passa a diegese. A análise exposta encontra aporte teórico em obras de Tzvetan Todorov, de Beatriz Sarlo e de Michel Pollak.

Palavras-chave: Memória. Salazarismo. *O Vale da Paixão*.

Introdução

A presente leitura do romance *O Vale da Paixão* (1998), de Lídia Jorge, aproxima a família Dias e o Estado totalitário português do século XX considerando as manifestações memoriais pós-ditadura, a forma como as experiências desse período são retratadas e sua extensão no tempo presente. Parte-se de uma perspectiva teórica que explicita a memória de eventos traumáticos como voltada para determinados fins, em especial o de comunicar as



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

* Doutoranda em Letras pela Universidade Católica de Pelotas – UCPel (bolsista Capes). Mestre em Literatura Comparada pela mesma instituição (bolsista Capes). Membro do grupo de pesquisa Estudos Comparados de Literatura, Cultura e História. Membro do Laboratório de Estudos em Análise do Discurso (LEAD) da Universidade Católica de Pelotas – UCPel. E-mail: marianajsouza@yahoo.com.br.

** Doutor em Letras-Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela USP – Universidade de São Paulo. Mestre em Letras pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Professor adjunto na UFPel – Universidade Federal de Pelotas. E-mail: alfeu.sparemberger@terra.com.br.

memórias para impedir que tal experiência se repita. Considera-se igualmente, neste panorama, o contexto de censura em que essas memórias são produzidas. É em razão desse cenário de limitação cultural e social que as lembranças são retratadas de forma simbólica.

A trajetória familiar é recuperada pela narradora inominada de *O Vale da Paixão*, via o recurso da memória, que encontra obstáculos no interior da própria família, numa situação homóloga a vivida em Portugal. Superando a imposição de silêncio, ela consegue, depois de anos, narrar a sua história e a de sua família, incluindo a ditadura salazarista como pano de fundo da história pessoal e familiar. A narradora resgata, portanto, uma memória proibida: a memória da ditadura. Narra o que Estado não quer que se narre, por isso, a referência a essas memórias se faz de forma simbólica: fala-se do regime de exceção por meio da família, a ditadura portuguesa não é abordada diretamente no discurso da narradora.

Pretende-se demonstrar, com isso, que a família Dias obedece a uma estrutura específica e tradicional que apresenta íntima relação com a estrutura política do Estado português no período em que se passa a história dos Dias – período que coincide com o regime de exceção vivido em Portugal. Assim, a família apresenta-se como um meio simbólico para comunicar a vida em Portugal no período salazarista, um artifício utilizado para extravasar essas memórias abordando o assunto de forma aparentemente despreziosa e involuntária. Para tanto, parte-se das semelhanças significativas entre os mecanismos de organização e estrutura da família no universo diegético com relação ao regime salazarista para verificar como a ditadura de Salazar é constitutiva do romance de Lídia Jorge. Serão observadas, então, as marcas do salazarismo na família Dias seguindo três pistas essenciais: a estrutura patriarcal e autoritária da família, o contexto rural em que se insere a família e as datas marcantes para o grupo.

Retratar a ditadura e expor as memórias do período a partir da família é a forma alegórica encontrada pela narradora, uma voz que enuncia memórias que não vivenciou, mas que compõem a paisagem identitária em que se insere. Esta, vale dizer, é a fórmula para narrar memórias proibidas, é o caminho possível em contextos em que certos eventos do passado devem ser obrigatoriamente apagados das narrativas oficiais e extraoficiais.

Memórias da ditadura: considerações teóricas

Este trabalho tem como ponto de partida a ideia de que as memórias de eventos traumáticos, de experiências limite, se manifestam de forma particular por inserirem-se num contexto em que a memória é censurada, limitada, manipulada e, por vezes, suprimida por um

poder exterior (o Estado). Trata-se de uma memória que geralmente não pode ser comunicada, conforme explicita Tzvetan Todorov, na obra *Los abusos de la memoria*,

Los regímenes totalitarios del siglo XX han revelado la existencia de un peligro antes insospechado: la supresión de la memoria. [...] Tras comprender que la conquista de las tierras y de los hombres pasaba por la conquista de la información y la comunicación, las tiranías del siglo XX han sistematizado su apropiación de la memoria y han aspirado a controlarla hasta en sus rincones más recónditos (TODOROV, 2000, p. 11-12).

Produzida em meio a obstáculos, essa memória esforça-se por consolidar-se em narrativa, ainda que por artifícios indiretos que dissimulam a real intenção do discurso. Apesar do contexto de repressão e da obrigação de silêncio, os opositores ao regime, a despeito do contexto repressivo e de silenciamento, empenham-se em não permitir que as memórias feneçam: “Debido a que los regímenes totalitarios conciben el control de la información como una prioridad, sus enemigos, a su vez, se emplean a fondo para llevar esa política al fracaso” (TODOROV, 2000, p. 13).

Esta é a postura da narradora, que mesmo temporalmente distante dos eventos narrados e vencendo as coerções familiares, empenha-se em registrar a história familiar e individual e incluir nesta narrativa o período salazarista. A reconstrução do passado, pois, é reconhecida como um ato de resistência e oposição ao poder de um modo geral, em especial ao poder totalitário. Para Todorov (2000, p. 14), a restauração narrativa dessas memórias rege-se pela máxima de informar para combater: “Desde entonces se puede comprender fácilmente por qué la memoria se ha visto revestida de tanto prestigio a ojos de todos los enemigos del totalitarismo, por qué todo acto de reminiscencia, por humilde que fuese, ha sido asociado con la resistencia antitotalitaria”.

Nesse mesmo sentido, tratando da difusão e da perpetuação das memórias de experiências limite, Michel Pollak observa que essas memórias são transmitidas de forma indireta e abordadas cuidadosamente em ambientes resguardados do poder do Estado:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. **Ao mesmo tempo ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas** (POLLAK, 1989, p. 5, grifo nosso).

Este é o contexto que se verifica na narrativa em estudo, em que a memória da ditadura salazarista é mantida e transmitida dentro do grupo por meio das lembranças da vida familiar. As memórias do regime estão atreladas às experiências vividas no grupo e por isso são transmitidas juntamente com a narrativa familiar. Este é o cerne da tese aqui defendida: a

família como meio alegórico de representação da ditadura, difusão e comunicação das memórias dissidentes, aquelas que o Estado não conseguiu silenciar.

Na análise que realiza sobre a memória em contextos pós-ditadura, principalmente a experiência argentina, Beatriz Sarlo observa que “quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado” (SARLO, 2007, p. 45). Em casos como esse, entende-se que a memória é uma das formas de lidar com a experiência e por isso torna-se “um bem comum, um dever, e uma necessidade jurídica, moral e política” (SARLO, 2007, p. 47). A memória de experiências desse tipo exige, então, o que Todorov chamada de bom uso da memória (“la ejemplaridad de la memoria”). O passado, pois, atua no presente como uma fonte de orientação na medida em que essa memória “permite utilizar el pasado con vistas al presente, aprovechar las lecciones de las injusticias sufridas para luchar contra las que se producen hoy en día, y separarse del yo para ir hacia el otro” (TODOROV, 2000, p. 32).

A utilização da memória, portanto, está relacionada com o papel que o passado desempenhará no presente. A característica essencial de seletividade mnemônica encontra desfecho e consequências práticas no plano dos sentidos que o passado produz no presente, em como serão utilizadas as experiências vividas e como elas atuarão e influenciarão o momento atual.

No romance em análise percebe-se que as memórias relatadas são fruto do embate da narradora com a família e com o tempo: ela insiste em narrar a história familiar porque quer e precisa narrar a sua própria história para consolidar uma identidade silenciada. Essa situação específica da narradora e sua família, quando aproximada da situação de Portugal neste mesmo período, revela também o problema da identidade portuguesa após a ditadura: como se reconfigura a identidade do país no momento de abertura política pós o 25 de abril e num cenário de crise econômica e social – em que boa parte da população emigrou e as colônias se tornaram independentes.

Assim, o mesmo processo de reconstrução identitária que a narradora empreende em seu labor narrativo se verifica em Portugal, que vê os pilares de sua sociedade ruírem e precisa encontrar outras bases nas quais edificar uma nova configuração identitária. Este panorama social e político torna a reescrita das memórias da ditadura uma emergência social. Importa observar, ainda, que a geração seguinte à ditadura aborda o tema e utiliza essas memórias como componente identitário, situando a história coletiva em relação aos eventos

passados – em especial essa experiência limite. Neste momento, então, se realiza uma revisão do passado e seleção das experiências e acontecimentos pretéritos que influenciarão na composição de uma nova identidade. É este espírito que guia o processo narrativo no romance de Lídia Jorge: revisar o passado familiar para reorganizar a própria identidade.

Para realizar esse trabalho, é mobilizada, em *O Vale da Paixão*, uma memória de segunda geração, ou pós-memória, que sofre resquícios das imposições ditatoriais, submetida ainda que reflexamente ao perigo da supressão da memória, conforme esclarecido por Todorov. Em razão do silêncio experimentado pela e na família, a memória que a narradora dispõe para recompor o passado dos Dias é o que Sarlo (2007) chama de memória mediada. A rememoração e a narração se edificam em torno de memórias alheias, de discursos das personagens que vivenciaram o passado da família e o transmitiram para a filha de Walter. Assim, a narradora reporta-se a eventos que não viveu, mas que habitam seu imaginário, integram as suas experiências e conformam sua identidade. É por isso que episódios da infância do pai sob a autoridade totalitária do avô Francisco fazem parte tão nitidamente de sua narração e são rememorados como se ela própria os houvesse presenciado. É principalmente por meio dessas memórias que a filha de Walter incluiu na narrativa familiar o regime de exceção português. A memória mediada ou pós-memória designa

a memória de segunda geração, lembrança pública ou familiar de fatos auspiciosos ou trágicos. O prefixo pós indicaria o habitual: é o que vem depois da memória daqueles que viveram os fatos e que, ao estabelecer com ela relação de posteridade, também tem conflitos e contradições característicos do exame intelectual de um discurso sobre o passado e de seus efeitos sobre a sensibilidade (SARLO, 2007, p. 92).

Esta forma memorial “tem a memória apoiada em seu centro, seria a reconstituição memorialística da memória de fatos recentes não vividos pelo sujeito que os reconstitui [...]” (SARLO, 2007, p. 93). Então, a memória à qual a narradora recorre para construir sua história de filha já é uma memória manipulada, moldada pela visão dos sujeitos que a transmitiram. E, assim, quando a filha de Maria Ema e Walter faz uso dessa memória, ocorre um segundo processo de manipulação, pois em sua rememoração ela adapta ao seu ponto de vista os eventos e as personagens rememorados.

Além de se valer de memórias de outras personagens, a narradora vale-se de uma forma alegórica de narrar para apresentar e significar essas memórias. A relação que a família estabelece com o salazarismo é construída como uma alegoria, pois a família Dias, por meio das semelhanças construídas no discurso narrativo, evoca o regime ditatorial e a figura do

ditador. Dessa forma, trazendo consigo esta significação, a família apresenta-se como um meio alegórico de retratar a ditadura.

Portanto, recorrendo a uma memória mediada e manejando-a de forma alegórica, a narradora põe em ação memórias notadamente proibidas no seio familiar, assim como o são as memórias da ditadura em relação a sociedade como um todo. São memórias que emergem a partir de uma distância temporal segura para o sujeito da rememoração. Para Pollak o silêncio que antecede essas memórias tem a intenção de produzir o esquecimento, mas age em realidade em sentido oposto, produzindo a perpetuação também silenciosa: “essas lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (POLLAK, 1989, p. 8). Diante disso, é inegável a condição dessas memórias como “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1989, p. 9)

É seguindo esta perspectiva teórica que se analisa o romance de Lídia, narrativa que se vale de meios simbólicos e alegóricos, aparentemente distantes do tema ditadura, para retratar o que se viveu em Portugal nos “diligentes anos trinta” até a abertura política após o 25 de abril.

Os Dias e o salazarismo: uma manifestação oblíqua das memórias da ditadura

A história dos Dias é construída a partir da cumulação de memórias invocadas do início ao fim pela narradora, uma das personagens centrais da narrativa. Esta, no entanto, oscila entre a primeira e a terceira pessoas do discurso, numa aparente tentativa de distanciamento da história narrada. Tal tentativa, entretanto, é frustrada pelas marcas de subjetividade deladoras da presença de uma voz narrativa. E é assim que se constrói o processo de recuperação e recordação de um passado familiar, aspecto que ressalta o interesse pelo passado como busca por uma identidade ou como reflexão acerca da mesma.

A ação inicia-se nos anos 30 do século passado e perpassa todas as décadas seguintes, culminando nos anos 80 com o acontecimento que impulsiona a narrativa: a morte de Walter Glória Dias. Neste contexto, é apresentada uma história complexa de várias paixões que se dão no seio da família Dias, organizada em um rígido sistema patriarcal comandado por Francisco Dias.

Tendo como foco a família de Francisco Dias, buscar-se-á marcas do regime de Salazar no romance de Lídia Jorge. As principais vertentes dessas marcas são: a estrutura do grupo, a postura do chefe e as datas importantes para a família. A partir destas pistas

discursivas é desvelada uma série de críticas ao regime de Salazar, pois, assim como o governo do ditador, a liderança de Francisco Dias redundou em sofrimento aos liderados, estagnação e uma dolorida decadência econômica.

A família Dias é composta inicialmente por Francisco Dias, o patriarca, sua esposa Joaquina Glória, que falece quando os filhos ainda são criança, e os oito filhos do casal: Custódio, Joaquim, Manuel, Luís, Inácio, João, Adelina e Walter. Trata-se de uma família agrícola que vive na estância de Valmares, interior de Portugal, e subsiste por meio do cultivo da terra. Como as típicas famílias agrárias, o modo de produção coincide com a família, ou seja, a força produtiva é a própria família. Por isso, todos os membros trabalham cultivando a terra em prol do grupo sob a liderança imperativa e coercitiva de um chefe, o patriarca Francisco Dias. A função econômica desempenhada pelo grupo familiar assume relevante importância, pois determina a organização e estruturação da família Dias.

É em virtude do cultivo da terra que os papéis individuais são demarcados. Ao patriarca incumbe gerir a empresa econômica constituída pela família, aos filhos incumbe o dever de trabalhar arduamente para por em funcionamento a empresa e mantê-la. A gestão da família fundamenta-se no poder e autoridade legítimos reconhecidos na figura do pai, Francisco. Isso demonstra a normatização dos comportamentos realizada pela família – sob a forma de deveres e funções de cada membro do grupo –, bem como a inerente coercitividade e autoridade moral da instituição.

Vale destacar que a família naturalmente aproxima-se muito do Estado por estruturar-se e organizar-se de forma análoga. Primeiramente, verifica-se que o exercício do poder se dá de forma semelhante, pois o chefe do grupo é o único autorizado a exercer o poder familiar e o faz, legitimamente, por meio da coerção - psicológica ou física -, do mesmo modo que o chefe do Estado. A esse respeito importam as considerações de Wilhelm Reich sobre a autoridade na família e no Estado:

O Estado autoritário é representado em toda família pelo pai, o que transforma a família no mais precioso instrumento de poder do próprio Estado. A posição autoritária do pai reflete o seu papel político e revela a relação da família com o Estado autoritário. A mesma posição que o superior assume em face do pai no processo produtivo é assumida por esse último no interior da família. E ele reproduz em seus filhos, particularmente nos de sexo masculino, sua própria submissão em face da autoridade (REICH, 1984, p. 145).

De outro lado, no início da trajetória dos Dias (nos anos 30), o trabalho era exercido pelos filhos ainda crianças, com uma obediência profunda, entranhada em seus imaginários com uma força irresistível, conforme se observa na seguinte passagem: “**Numa corrente de**

obediência a alguma coisa que era mais forte e mais imperativa do que a voz de Francisco Dias, todos obedeciam, enchendo as canastras com as forquilhas baixas, erguendo as vasilhas até a berma da cova” (JORGE, 1998 p. 56, grifo nosso).

Todavia, essa autoridade tão forte não reside unicamente no poder reconhecido ao pai enquanto chefe da família patriarcal. Está baseada, também, na relação entre proprietário e propriedade, uma vez que na sociedade burguesa ocidental é o proprietário dos meios de produção que possui autoridade, domínio e influência sobre o bem e sobre os indivíduos que de algum modo dependem do bem. Na família ocorre o mesmo com relação à propriedade, pois,

A dependência da mulher e dos filhos em face do pai de família, de qualquer modo, correspondia a autonomia do proprietário no mercado e em sua própria empresa; esse tipo de autonomia privada se transforma aqui em autoridade, tornando ilusório o suposto livre-arbítrio dos indivíduos (HABERMAS, 1984, p. 230).

Esta relação entre os membros da família e a propriedade rural de Francisco é apresentada de forma muito clara pela narradora, voz consciente da situação ditatorial instaurada na família:

Estavam almoçando à pressa, e não era preciso olhar para a alegria dos cães para saber que Walter Dias estava a mais na empresa familiar, concebida poupadamente, à semelhança dum severo estado. O próprio Walter Dias deveria perceber que voltara por engano. A sua terra já não era esta. Os pássaros marinhos de que falava não eram reconhecidos pelos seus irmãos, concentrados nos afazeres árduos dos campos. As propriedades de Francisco Dias estavam tornando os filhos pessoas reservadas, severas, calosas, como as palmas de suas mãos (JORGE, 1998, p. 27).

Nota-se, assim, que toda a severidade e rigidez com que Francisco conduzia a família e educava seus filhos apresentava ligação estreita com a propriedade. É em razão da propriedade que os filhos estavam se tornando calosos - já que deveriam trabalhar incessantemente -, bem como se tornando pessoas reservadas e severas, uma vez que eram educados exclusivamente para servir à família, à propriedade, e por isso não poderiam desviar-se deste foco, para o qual deveriam apresentar enérgica determinação. A família, então, confunde-se com a propriedade, tornando-se uma extensão da propriedade de Francisco, o que reforça o poder do patriarca e põe no mesmo nível de sujeição e domínio a terra e a família diante de Francisco. Funde-se, então, na pessoa de Francisco Dias, o poder natural de patriarca e o poder proprietário. Com isso percebe-se que a figura de Francisco alegoriza a figura do ditador Antonio Oliveira Salazar, autoridade máxima e única no plano social e político, assim o regime de exceção português começa a integrar a narrativa. Esta

forma de organização desenvolvida em torno da propriedade rural verificada na família reflete a situação de Portugal no mesmo período:

um país essencialmente agrário, de industrialização tardia e por isso dependente de outros países europeus, distanciado da Europa em razão de seu atraso econômico. Nos anos 60 e 70 Portugal era um país dependente da Europa e dos Estados Unidos, e sua indústria em desenvolvimento sob os oligopólios não sobreviveria sem as exportações de meios de trabalho mais avançados. Portugal precisava de máquinas e de aparelhos elétricos, produtos químicos e material de transporte (SECCO, 2004, p. 91).

O país é estruturado política e economicamente em torno da propriedade rural, especialmente das grandes propriedades, assim como a família Dias, que tem sua estrutura e os papéis individuais determinados pela propriedade rural. Durante o regime totalitário de Salazar, o atraso econômico de Portugal deveu-se a predominância de um sistema rural de produção e ao descrédito no progresso industrial (e urbano), visto como um setor de perturbação ao regime e sua ideologia. Neste contexto, Portugal apresentava-se como uma nação europeia periférica de capitalismo tardio, um país camponês, conforme Lincoln Secco (2004, p. 51).

O atraso de Portugal em relação aos demais países europeus também se deve a atenção dispensada à educação. Conforme explicitado, o foco do país era formar trabalhadores, colaboradores do sistema, seres que alimentariam o regime estatal de forma mansa e pacífica, sem oferecer risco à autoridade do chefe de estado. Como país agrícola, a educação veiculada formava homens de pouca estatura intelectual e muita força física. Essa era a boa educação que Portugal precisava, conforme relata o patriarca Francisco Dias

Francisco Dias também falava de Walter. Era-lhe bastante claro que havia uma nuvem escura sobre a cabeça do filho mais novo. [...] **Francisco remontava à escola, local onde em seu entender a vida dum homem não só se delineava como em abreviado a predizia.** Ele explicava. Todos os outros seus filhos tinham sido ensinados por homens enérgicos, pessoas duras, resistentes, irrepreensíveis, pessoas que mantinham os rapazes quietos, distribuíam pancada com determinação, não sorriam, impunham a ordem, procurando fazer de cada criança um obediente, para que se obtivesse um bom trabalhador. A própria escola de São Sebastião tinha quatro janelas que davam para a rua. A cada uma delas era raro não haver uma criança com uma máscara de asno, com orelhas de ouro e uma e uma fila de dentes exposta. Mas através do fofinho amplamente rasgado da máscara identificava-se o rosto de cada criança. São Sebastião inteira ficava a saber quais as crianças punidas. As máscaras deixavam de ser máscaras, passavam a ser elas mesmas. A vergonha das crianças. **E a vergonha, na criação da obediência, era um sentimento imprescindível em todos os tempos, principalmente nos diligentes anos trinta.** Todos os seus filhos, incluindo Adelina Dias, tinham saído dessa disciplina de rigor, formadora e punitiva, como deveria ser. – “Menos Walter” – dizia Francisco Dias [...] (JORGE, 1998, p. 60-61, grifo nosso).

O dono de Valmares sabe que a manutenção de seu poder e do sistema familiar autoritário passava pela educação. Tem consciência de que apenas a coerção diária vivenciada no grupo não é suficiente. Sabe também que foi a ausência do que chama de boa educação que fez de Walter um estroina, um *trotamundos*, um imprestável. Walter recebeu a educação moderna e por isso não foi ensinado a ser um homem do trabalho e para o trabalho. Aprendeu a usar suas mãos para desenvolver habilidades mais delicadas, para trabalhar com papel e lápis e não com a terra e suas ferramentas:

Sim, ao contrário dos outros, o mais novo estava destinado a ser instruído por um incompetente recém-chegado, um homem pequeno, de cara completamente lisa, que fazia lume sobre a secretária, queimava papel, cabeças de fósforo, álcool e algodão-em-rama dentro de frascos. Que volta e meia levava as crianças até aos montes cinzentos de São Sebastião, mandava observar a natureza, mandava espiar os animais. Mandava-as medir o desvio do Sol com metros de pedreiro, obrigava-as a irem de noite à escola para explicar os eclipses, **levava-os a registrar coisas tão inúteis** como a posição das patas das éguas quando corriam e quando marchavam. **Não lhes ensinava nada.** [...] Mas esse transviado trazia para a sala de aula pássaros vivos e pássaros mortos, abria-lhes as asas, mostrava a diferença das penas, as articulações das patas no poiso e no voo. E assim, Walter viria a desenhar animais em movimento [...] (JORGE, 1998, p. 62, grifo nosso).

Após ressaltada a condição agrária e dependência da produção rural, importa observar a descrição da organização familiar comparada diretamente a um Estado, no que se refere ao patriarca e seu modo de gerir e conduzir a família e seus interesses. É nesta linha que é construída a imagem de Francisco:

Dizer-lhe que nessa altura era populosa a casa de Francisco Dias. Que **nela labutavam** seis filhos e três noras, uma filha e um genro, três netos, a filha de Maria Ema e de Custodio Dias e seus dois primeiros filhos. Havia uma serviçal, o seu homem, os respectivos filhos, e cinco ou seis trabalhadores contratados à jorna, que amanheciam à porta e eram despedidos se não amanheciam. **Que durante às madrugadas desses anos vivia-se um tumulto feito de distribuição de tarefas,** mantimentos, rações e fenos, a que se seguiam movimentos humanos, enredados nos movimentos das bestas, dependentes das necessidades delas, semelhantes a gente, em seus amuos, suas fugas, suas partidas tempestuosas em direcções erradas, e quando esses acontecimentos sobreviam, os filhos de Francisco Dias gritavam com as bestas e discutiam entre si. Mas à parte esses confrontos, era uma irmandade silenciosa, à beira de se separar, embora para Francisco Dias se tratasse duma família unida como nenhuma outra. **O dono de Valmares achava que a sua casa era uma empresa sólida, uma unidade de produção à semelhança dum estado, dirigindo-a como um governador poupado gere um estado.** [...] **A unidade de produção dirigida por Francisco Dias acordava duas horas antes do amanhecer. Como num império onde os ouvidos do imperador estão em toda a parte e a sua energia se transmite pela atmosfera, a casa acordava com o acordar de Francisco Dias.** “—Levantar!”— bradava ele, [...] (JORGE, 1998, p. 45-6, grifo nosso).

Nesse trecho observa-se a formação posterior da família Dias que, em razão do desenvolvimento dos filhos, passa a agregar noras, genros e netos. Porém, o sistema e a

organização familiar continuam os mesmos: todos trabalham em prol do grupo, conforme as vontades e determinações de Francisco, que atua como governador gerindo a micro estrutura social e exercendo seu império sobre todos. Esta postura do patriarca apresenta estreita relação com a postura de um ditador frente ao povo, que precisa manter toda a população sob seu comando como forma de manutenção da ordem. Ademais, a forma rígida como Francisco comanda sua empresa familiar também se assemelha a rigidez dum governo ditatorial, em que o Estado é conduzido de forma a concentrar todo poder institucional na mão do ditador.

Em razão disso, todas as funções estatais estão submetidas ao arbítrio do ditador. O Estado torna-se onipresente e intervém em todas as relações sociais que não estiverem de acordo com os interesses do chefe de Estado. Em consequência, as liberdades individuais são restringidas ao extremo, tal como se observa na família Dias, como extensiva da ordem estatal: “Uma sociedade fascista é governada por uma ditadura de partido único, organizada por um líder carismático. O povo praticamente não tem voz ativa nos assuntos governamentais e encontra sua satisfação no vigor glorioso da nação” (HORTON, 1980, p. 160).

Explicitada a organização e estrutura da família Dias, bem como a sua composição como empresa e a atuação de Francisco Dias como governador desse micro sistema, salienta-se agora o terceiro elemento observado.

O último aspecto a aproximar a família Dias do salazarismo revela-se nos marcos temporais que estruturam a narrativa memorial da filha de Walter: as datas importantes para os Dias são reveladoras quando relacionadas à situação política de Portugal. A demarcação temporal na narrativa é feita por meio de datas exatas que explicitam eventos importantes na trajetória da família. Inicialmente, destaca-se o período da história familiar que é resgatado pela narradora, ou seja, o período em que se desenrola a ação: anos 30 até os anos 80 do século passado.

Nos primeiros anos, durante a infância e adolescência dos filhos, a empresa familiar ia bem: todos trabalhavam, seguiam as ordens do patriarca, guiados por um sentimento de obediência extrema. Sob o olhar vigilante do patriarca o trabalho era constante, as ordenas coercitivas: eram os “diligentes anos trinta”. Esta etapa do percurso familiar coincide com o período inicial da ditadura militar, iniciada em 1926. Em 1932, Salazar assume a presidência da república depois de ter estabilizado a economia de Portugal. Nesta fase, Salazar foi um líder aclamado pela maioria em razão de seu êxito na área econômica:

em 1928, [Salazar] assumiu a pasta da finanças, conseguindo reequilibrar as contas nacionais depois de vários anos de déficit público; em 1930, assumiu a administração colonial; e, em 1932, aclamado pela maior parte da opinião pública, foi nomeado presidente do conselho de ministros (primeiro-ministro), já sob o mito de que era um homem excepcional (SECCO, 2004, p. 52).

No caso da narrativa de Lídia Jorge, passado o momento inicial de sucesso surgem problemas. À medida que os filhos crescem, Walter, o filho mais novo, rompe a corrente de obediência que os irmãos formavam diante do pai e começa a subversão às ordens de Francisco Dias. Diante disso, o patriarca tentava se conformar e se voltar apenas aos obedientes, na expectativa de manter a ordem e impedir que os demais pudessem seguir os passos do subversor:

Francisco Dias tinha ataques de ódio e apenas se conformava porque sabia que em toda a irmandade costumava existir um depravado, aquele que a natureza fazia nascer no seio duma família composta, para que o equilíbrio se mantivesse, para que o mal não fosse só dos outros. Uma fistula permanente por onde purgava o desequilíbrio, a vergonha do desequilíbrio, e assim, cada família deveria estimar o seu depravado. O desequilíbrio concentrado num único induzia os outros a serem discretos e equilibrados. Os Dias unidos, os Dias fatigados, exemplares, cultivando as terras do pai desde crianças como se já fossem suas, dando exemplo às outras famílias, [...] Francisco Dias deixava à solta Walter Dias para que os outros filhos, em compensação, se unissem. [...] Na casa de Valmares, o mal, o inevitável mal, estava concentrado naquele filho. Era apenas necessário, então, isolá-lo, vigiar-lhe os movimentos mas não lhe falar de mais, não lhe explicar nada (JORGE, 1998, p. 59-60).

A solução para Francisco é manter Walter distante do grupo e com isso acabar com as ameaças ao seu poder. Isso ocorre sem a sua intervenção, quando Walter espontaneamente ingressa no exército. Outra ação frente as ameaças ao regime de Francisco se verifica em relação ao professor de Walter, o responsável pela má educação do filho mais novo. O patriarca não podia permitir que a educação das crianças de São Sebastião fosse tão inútil, fosse dirigida por um professor que não era capaz de ensinar nada, de formar trabalhadores. Então, por iniciativa de Francisco o professor sumiu de São Sebastião: “Que Francisco Dias, ele mesmo, havia escrito ao delegado falando da sua suspeita, e tinha movido o abaixo-assinado das dedadas, e por sua iniciativa o professor desaparecera” (JORGE, 1998, p. 63). E assim o destino do subversor foi selado:

Ela ficou a saber que esse homem acabara por ser empurrado de São Sebastião mediante um abaixo-assinado, em que muitos haviam escrito em vez do nome uma deda de polegar. Que numa noite de dezembro de trinta e cinco, tinham vindo buscar o professor de cara lisa. Que esse professor haveria de desaparecer do ensino, haveria de morrer cedo, sem nada para fazer, cercado por olhos de todos os lados, mas entretanto, já havia deixado estragos impagáveis por onde tinha passado. Eles estavam à vista, na pessoa de Walter (JORGE, 1998, p. 62-63, grifo nosso).

Num outro plano, mas em homologia com o romance, o governo de Salazar recorre à repressão militar para conter a oposição. É o que acontece, por exemplo, com os intelectuais do país, principal setor de oposição. Além disso, em 1958, quando o poder de Salazar é ameaçado pela candidatura do general Humberto Delgado, as eleições são fraudadas e o sufrágio direto é abolido, de acordo com Lincoln Secco (2004, p. 55). Percebe-se, então, que a postura dos dois comandantes (Francisco e Salazar) é a mesma diante de atos de subversão.

Mais adiante no tempo, os anos 60 são considerados, na família, como “a década da ironia, a década do silêncio atravessado pelo riso enviesado do cinismo [...]” (JORGE, 1998, p. 168); “— Sim, era a década do silêncio” (JORGE, 1998, p. 168). O império de Francisco já está sem sua força produtiva, em decadência irrefreável. A família já se dispersou pelo mundo e só restaram em Valmares o filho mais velho, Custódio, sua esposa, Maria Ema, e seus filhos. A filha de Walter, à revelia da ditadura familiar, começa a agir como o subversor: sai sem dar satisfações e começa a se relacionar com diversos homens clandestinamente. O silêncio instaurado no seio familiar era intenso, mas apesar disso a filha de Walter fruía sua liberdade, independente do resto da família: também em silêncio ela era livre.

De outro lado, a fuga dos sete filhos e do genro de Francisco também pode ser lida como uma representação direta da guerra colonial que culmina com a independência das colônias portuguesas na África e na Índia. Assim como as colônias, os filhos e o genro formavam juntamente com Custódio a força produtiva da empresa de Francisco, a mão-de-obra que trazia o progresso para Valmares. Antes dos anos sessenta, todos já haviam emigrado e se dispersado pelo mundo: “Em cinquenta e oito, porém, Custódio já a levava para uma casa onde apenas havia duas janelas iluminadas. Os irmãos Dias tinham definitivamente partido” (JORGE, 1998, p. 84).

Os sete filhos e o genro representam, portanto, as oito colônias de Portugal: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Timor, Ilhas de Cabo Verde, Ilhas de São Tomé e Príncipe, Macau e o “Estado da Índia” (Goa, Damão e Diu). Todas se tornam independentes nos anos setenta, um pouco mais tarde do que a independência dos filhos de Francisco Dias. Nos dois casos a independência tem mesmo peso negativo e agrava a crise econômica que os dois governantes enfrentam.

No plano histórico, o regime salazarista já havia, a essa altura, exilado todos os possíveis opositores. A guerra colonial já estava deflagrada nos territórios portugueses na África e o poder de Salazar resistia com muita dificuldade (SECCO, 2004, p. 105) em virtude da crise econômica por que passava: “A crise do Império colonial português começou

efetivamente nesses anos 60. Diante do agravamento da guerra ultramar e dos problemas sociais e econômicos, Portugal começou a ser sacudido, internamente, por uma série de agitações golpistas” (SECCO, 2004, p. 99-100). Em 1968, Salazar deixa a presidência devido a problemas de saúde e Marcello Caetano assume o cargo. O novo presidente ignora a situação crítica da economia e mantém a guerra colonial, mesmo diante da impossibilidade de vencer militarmente os rebeldes (SECCO, 2004, p. 103).

Assim, no mesmo período as duas estruturas totalitárias – a família Dias e o Estado português - estão em crise. O poder de Francisco começa a desmoronar com a partida dos filhos, que paralisa a empresa familiar por falta de força produtiva. Paralelamente, a força do regime salazarista também se esvai em razão da guerra colonial, da crise econômica e da troca de presidente. Os impérios estão ruindo.

Por fim, chegam os anos 70 e Francisco Dias continua ignorando o esfacelamento de seu regime autoritário e a ruína de seu império rural

Aliás, em meados de anos 70, Francisco Dias não admite que tenha havido alterações tão opostas a sua concepção de vida, [...] A melancolia imobiliza-o no meio do pátio, à espera, diante do portão escancarado. [...] O dono de Valmares, em meados dos anos setenta, é um agricultor perturbado, com a lavoura adiada por causa da demora dos filhos. Não pode viver mais à espera. Eles hão de pagar. Têm de pagar (JORGE, 1998, p. 170-171).

Passado esse momento de paralisia, o patriarca finalmente se rende e pede aos filhos que voltem pelo menos para dividir os bens da família: “Finalmente o pai já compreendeu que eles têm suas próprias vidas muito longe, demasiado longe, e agora sente-se ofendido por não quererem voltar, pelo menos, para dividir a casa” (JORGE, 1998, p. 172).

Em relação à ditadura de Portugal, os anos 70 são seus momentos finais, marcados por formações militares que se reuniam para planejar um golpe e pelas tentativas de efetivar esses planos. Em 73, ocorreu a primeira reunião do grupo militar que se opunha ao governo e em março de 74 ocorre uma tentativa de golpe; em 25 de abril as forças armadas conseguem definitivamente extinguir o regime imposto por Salazar (SECCO, 2004, p. 263).

Diante do exposto, inegável é a semelhança entre a família Dias e a ditadura salazarista, uma vez que a primeira é estruturada e organizada tal qual um Estado totalitário. Com efeito, a forma como Francisco exercia seu papel de patriarca, chefe-governador de uma família tradicional portuguesa, é análoga à forma como um ditador conduz um regime de governo totalitário. Mais que isso, o grupo familiar, conforme as características ressaltadas, apresenta estrutura idêntica à do Estado português durante o salazarismo. Em razão disso, na família é possível perceber todos os aspectos característicos do Estado totalitário: a

obediência das massas para que o regime se consolide e perpetue; a subversão da minoria, única capaz e disposta a opor-se ao sistema; a educação rígida e marcada pela repressão e humilhação como meios de gerar a obediência e produzir indivíduos aptos ao trabalho para assim servir ao Estado.

Além disso, outra semelhança significativa que evidencia a interrelação em estudo diz respeito ao período pelo qual vigorou o regime de Francisco Dias: iniciou nos anos trinta, durante a infância dos filhos, e decaiu a partir da fuga dos filhos. No entanto, vale destacar que essa fuga ocorreu aos poucos, demonstrando um enfraquecimento lento do regime. Por seu turno, compreende o mesmo período histórico a ditadura portuguesa do século XX, pois o Estado Novo de Salazar foi instituído em 1933 e perdurou por quarenta e um anos – até 1974 –, sendo derrubado por um movimento militar.

Considerações Finais

Num cenário sócio-político de crise pós ditadura, emergem as memórias da vida em regime de exceção no romance *O vale da paixão*, de Lídia Jorge. A ditadura é representada simbolicamente no micro sistema familiar, em que a figura do patriarca alegoriza a figura do ditador. A trajetória da família Dias, ao longo dos 40 anos que a narrativa resgata, retrata a história recente de Portugal, especialmente o espaço da casa de Valmares: o momento inicial de prosperidade e progresso sob a administração ditatorial de Francisco, depois a diáspora ou independência dos filhos, seguida por longo período de estagnação acompanhado de empobrecimento da casa e redução do patrimônio da família Dias.

Pela voz da narradora inominada, percebe-se o olhar do gestor Francisco voltado exclusivamente para o espaço, para o progresso econômico, para a casa como unidade produtiva e não como lar. Age com indiferença em relação aos filhos, tratados como mão-de-obra. Estão representados na família os principais aspectos característicos de uma sociedade totalitária. Há a materialização da obediência ao sistema na personagem Custódio Dias e nos demais filhos antes de abandonarem Valmares. De outro lado, a subversão ao autoritarismo do regime materializa-se na personagem Walter Dias, o filho mais novo. O papel da educação na formação e manutenção de uma sociedade obediente também é explicitado na narrativa, momento em que as referências à ditadura se mostram mais diretas e claras. Ancora-se, portanto, nesses elementos a relação entre a narrativa de Lídia Jorge e o regime salazarista.

Esta relação, no entanto, se articula a partir das duas memórias postas em ação: a memória familiar e a memória da ditadura, em uma narração que mobiliza a segunda como componente da primeira. As memórias do salazarismo ganham forma e podem ser

extravasadas por meio da narrativa familiar, que retrata esse tempo de exceção de forma alegórica. Para Pollak este aspecto revela as intenções que pautam a rememoração dessas memórias:

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras e de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos (POLLAK, 1989, p. 8-9).

Inegável, portanto, a condição marginalizada dessas memórias, que somente alcançam a forma narrativa quando albergadas por uma considerável distância temporal que assegura o mínimo de liberdade para tratar o tema. Em circunstâncias de emergência identitária essas memórias são convocadas a compor a paisagem do presente, ressurgem para ressignificar e contribuir para consolidar uma identidade.

Percebe-se, então, em que medida o passado se faz presente e atuante, elemento indispensável ao sujeito no processo de autoconhecimento. O passado surge para cumprir funções predeterminadas: reconfigurar identidades e impedir a repetição de certos eventos. Neste sentido, a reconstrução posterior baliza a existência por oferecer sustentáculo às construções do presente e, assim, o passado se faz armação a partir da qual se molda o presente.

Referências

HABERMAS, Jürgen. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública. In CANEVACCI, Massimo (Org.). *Dialética da Família*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 223-234.

HORTON, Paul Burleigh. *Sociologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

JORGE, Lúcia. *O Vale da Paixão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REICH, Wilhelm. Ligação familiar e sentimentos nacionalistas. In CANEVACCI, Massimo (Org.). *Dialética da Família*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 140-150.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português – economias, espaços e tomadas de consciências*. São Paulo: Alameda, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Trad. Miguel Salazar. Espanha: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

[Recebido em fevereiro de 2014 e aceito para publicação em junho de 2014]

Salazarist memories in *The Painter of Birds*, by Lúcia Jorge

Abstract: This article presents a reading of the novel *The Painter of Birds*, by Lúcia Jorge, from the perspective of post-dictatorship memories. Through this view, we examine the relationship between the family that play the leading in the plot, the Dias, and the Salazar Era, an exclusion regime lived in Portugal. For this purpose, the elements that show symmetries between the analyzed systems (family and state-dictatorial) are highlighted and show how the Salazar Era is a constituent of the narrative. Thus, it is verified in which extent the Portuguese family portrayed in the novel suits as a symbolic mean of representation of the social situation of Portugal during the dictatorship, since in the family group all aspects of the system can be perceived, such as: the obedience of the masses, the subversion of minorities, the domination, the restriction of the fundamental freedoms. The memories of the dictatorship are revealed as a constituent element of the family memories: there are two memories mobilized in an intricate form and recollected interchangeably. Thereby, it is intended to show that the Dias family follows a specific and traditional structure that presents an intimate relationship related to the political structure of the Portuguese State in the period when the narrative happens. The analysis shown finds theoretical support in the works of Tzvetan Todorov, Beatriz Sarlo and Michel Pollak.

Keywords: Memory. Salazar Era. *The Painter of Birds*.

